MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

RELAÇÕES ENTRE BRASIL, SENEGAL E NIGÉRIA DURANTE A "VIRADA PRAGMÁTICA" DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA (1974-1979)

BRUNNA BOZZI FEIJÓ

Historiadora (UFRGS) e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI- UFRGS)

RESUMO: Este artigo investiga as formas com que o Senegal e a Nigéria influenciaram o redirecionamento da política externa brasileira observada durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Neste período, houve a clara mitigação do esquema securitário estipulado pela Doutrina de Segurança Nacional brasileira para as relações com a África Atlântica. De forma geral, o caráter pragmático que o governo buscou dar às relações exteriores relacionava-se à flexibilização dos limites ideológicos, constitutivos da Guerra Fria, colocados à inserção internacional do Brasil. No quadrante africano, esse pragmatismo significou, ainda, o rompimento do antigo padrão de evitar críticas frontais ao colonialismo português em nome de "relações especiais" com Portugal. O célere reconhecimento brasileiro das independências dos países africanos de língua portuguesa (sobretudo, de Angola) tornou-se síntese do pragmatismo político aplicado às relações com a África. Na percepção do governo brasileiro, tanto o Senegal quanto a Nigéria, por distintas razões, eram países cuja ascendência política não se restringia ao seu próprio continente, embora fossem cruciais para a consecução de uma nova política africana, tanto quanto de uma nova imagem do Brasil perante a África. Por meio da análise de fontes primárias brasileiras, argumenta-se que o Senegal e a Nigéria influíram, particularmente, na forma com que o governo brasileiro recepcionou, respectivamente, as independências de Guiné-Bissau e de Angola a partir de 1974.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Ernesto Geisel; Senegal; Nigéria.

RELATIONS BETWEEN BRAZIL, SENEGAL AND NIGERIA DURING THE "PRAGMATIC TURN" OF THE BRAZILIAN FOREIGN POLICY TOWARDS AFRICA (1974-1979)

ABSTRACT: This paper assesses the role that Senegal and Nigeria played in the redirecting of the Brazilian foreign policy during the Ernesto Geisel administration (1974-1979). In this period, there was a clear mitigation of the security arrangement established for relations with Atlantic Africa within the Brazilian National Security Doctrine (DSN). The pragmatic character of Brazil's new stance in foreign affairs related to a relaxation of ideological boundaries, characteristic of the Cold War, as these applied to Brazil's international positioning. In the African continent, this pragmatism engendered the end of the long-standing pattern of avoiding confrontational criticism towards the Portuguese colonialism for the sake of maintaining "especial relations" with Portugal. Brazil's fast recognition of the independences of Portuguese-speaking African countries (Angola, above all) became the synthesis of the political pragmatism applied in the relations toward Africa. In the Brazilian government's perception, both Senegal and Nigeria, for different reasons, were countries whose political power were not confined to their own continent and whose contributions were crucial in the fulfillment of Brazil's intent to reshape its image in Africa. Through the analysis of Brazilian primary sources, this paper argues that Senegal and Nigeria influenced, particularly, the way in which the Brazilian government recognized the independences of Guinea-Bissau and Angola, respectively, starting in 1974.

KEYWORDS: Ernesto Geisel Government; Senegal; Nigeria.

INTRODUÇÃO: A "virada pragmática" da Política Externa Brasileira para a África

As relações entre Brasil e os países africanos foram reformuladas na década de 1970, o que resultou em um momento definidor para o futuro dessas relações. A ampliação da então incipiente malha diplomática na África Subsaariana e o estabelecimento de uma política de reconhecimento célere e irrestrito às independências dos países africanos de língua portuguesa foram os principais efeitos práticos da política africana desenvolvida no governo Geisel. De forma geral, a política externa brasileira assumiu uma nova roupagem a partir de 1974, quando se iniciou o Pragmatismo Responsável e Ecumênico – nome criado em co-parceria pelo presidente Ernesto Geisel e pelo ministro de relações exteriores, Antônio Azeredo da Silveira – cujo principal objetivo era o de superar as limitações ideológicas, próprias da Guerra Fria, à inserção internacional brasileira. Em um contexto político já polarizado devido à abertura do regime militar, o conteúdo prático da nova política externa nem sempre foi bem recepcionado por agentes políticos internos ou por outros governos tradicionalmente próximos do Brasil – nas relações com a África deram-se grande parte dessas controvérsias.

Pontualmente, o reconhecimento da independência e do governo angolanos, em novembro de 1975, correspondeu à medida mais polêmica do pacote da nova agenda africana. O reconhecimento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi feito de forma quase simultânea à sua declaração de independência, não fosse apenas a diferença de fusos horários entre Luanda e Brasília. Assim, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer, formalmente, um governo africano estabelecido por meio de auxílio militar e logístico de Cuba e da União Soviética. Mais: tratou-se de um reconhecimento feito em detrimento de outros dois grupos, apoiados por países ocidentais, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A acepção particular de pragmatismo proposto por Geisel e Azeredo traduziu-se na expansão da inserção internacional do país para além dos limites tradicionais

da Guerra Fria, ou da posição bem definida do país no esforço coletivo de profilaxia anticomunista hemisférica[1]. Em termos conceituais, deu-se uma nova interpretação aos regimes políticos de governos africanos, em que questões ideológicas, qualificadas pela cisão bipolar, deixavam de se apresentar como condição intransponível para o estreitamento de relações políticas ou comerciais. Quando foi indagado por Zbigniew Brzezinski, então Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, sobre eventuais perigos de comunização advindos de Estados africanos, o ministro Azeredo da Silveira tergiversou, argumentando que "os regimes socialistas da África se criaram para os países poderem ser independentes [...] A África vai ter regimes mistos. Eles são muito pragmáticos" (SILVEIRA, 2010: 101). O predicado "pragmático" tornou-se, então, um pressuposto de interpretação de mão-dupla: aplicável ao Brasil e, também, aos governos africanos.

O presente artigo parte de uma abordagem que privilegia a observação da agência política dos próprios países africanos para a virada pragmática da política externa brasileira. Desde o governo de Emílio Médici (1969-1974) cristalizara-se a percepção de que as ambivalências quanto ao regime colonial português passaram a onerar, progressivamente, as relações – e o futuro das relações – entre o Brasil e o conjunto das nações africanas. Ao menos para Gibson Barboza, então ministro de relações exteriores, era claro o mal-estar causado por Portugal. Com efeito, explicou ao presidente Médici da seguinte forma seus motivos para partir em viagem a nove países africanos ao final de 1972:

> contribuiria para reduzir, senão anular, o clima de desconfiança que se criou na África em relação ao Brasil, e que poderá tornar-se em frieza ou disfarçada hostilidade, em virtude das posições tradicionalmente assumidas diante do problema dos territórios ultramarinos portugueses. Estou consciente dos riscos que assumiremos com minha visita a esses países africanos, pois que receberemos frontalmente as queixas de cada um deles contra o Brasil. Creio, porém, que melhor será o debate franco e aberto sobre o delicado tema do que o silêncio, pejado por ameaças, que hoje se pode sentir (BARBOZA, 1971).

[1] Na interpretação pessoal de Geisel (1997: 336): "Eu achava que nossa política externa tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente. Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos. Sei que a política americana nos levava a isso, mas tínhamos que ter um pouco mais de soberania, um pouco mais de independência, e não sermos subservientes em relação aos Estados Unidos (...) Nossa política tinha que ser pragmática, mas também responsável".

Do governo de Médici ao de Geisel, o Brasil seria finalmente dissuadido de sua ambivalência pregressa quanto ao colonialismo português. A eclosão da revolução portuguesa, no dia 25 de abril de 1974, favoreceu esta mudança, dado que o término dos conflitos no ultramar foi colocado como um dos objetivos imediatos do governo revolucionário, garantindo a ulterior independência das colônias. A agência política de governos africanos, somada às contingências domésticas da economia brasileira, contribuíram para uma mudança de perfil também no quadrante ideológico, caracterizado pela dicotomia da cisão bipolar.

Nessa questão, dois fatores foram cruciais. Por um lado, a acentuada capacidade de concertação entre países africanos na década de 1970, que incidiu, particularmente, sobre a suscetível matriz energética brasileira – sobretudo, após o choque do petróleo de 1973, organizado por iniciativa dos Estados árabes e africanos da OPEP. Por outro lado, a experiência pessoal de Ernesto Geisel, que, antes de assumir a presidência, por votação indireta, ocupara o cargo de presidente da Petrobrás, quando já manifestara sua inclinação "pragmática" no que dizia respeito às relações externas do país. A título de exemplo, durante o governo Médici, chegou-se a cogitar o rompimento de relações diplomáticas com a Argélia devido a suspeitas de que seu embaixador auxiliava movimentos políticos contrários ao regime militar brasileiro[2]. Geisel, porém, buscou demover esta ideia "sob o argumento de que tínhamos o interesse em comprar petróleo daquele país e em vender-lhe nosso açúcar" (GEISEL, 1997: 337).

Conquanto tenha resultado em ampla diversificação de parcerias internacionais[3], no tabuleiro particular das relações com os governos africanos, o pragmatismo evidenciou o amadurecimento de uma aproximação que resultou na discussão de temas mais complexos. Mais importante, tratava-se de um diálogo significativamente menos mediado por questões exógenas ao Atlântico Sul –

[2] Em 1969, o governo argelino recebeu parte dos brasileiros que participaram do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. Além deles, recebeu outros brasileiros desterrados por conta de suas críticas ao governo militar, a exemplo de Miguel Arraes, conhecida figura política.

[3] A exemplo do estabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista, a assinatura de um ambicioso acordo nuclear com a Alemanha ocidental ou da iniciativa de aproximação com países árabes. No dizer de Azeredo da Silveira (2010), China, Oriente Médio e África correspondiam aos três pontos focais da política externa do governo Geisel, ou, em suas palavras, às "correções de rumo" da política externa do país.

nomeadamente, à primazia da "defesa hemisférica ocidental", desfavorável ao diálogo com países de regimes políticos distintos do brasileiro, e os "laços especiais" com Portugal, que impediam uma crítica frontal ao colonialismo português e, por essa razão, colocavam-se como um ônus às relações com os governos africanos. Beira o truísmo a observação de que com a África colonizada havia pouco, ou nenhum, espaço para a consolidação de entendimentos políticos mútuos.

Dinâmicas coloniais ocuparam o espaço das interações com a vizinhança atlântica desde a inauguração da escola geopolítica brasileira, surgida na esteira da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e de sua adesão à Guerra Fria. Definido, em sua fase inaugural, por meio da interação com potências estrangeiras, o pensamento geopolítico brasileiro nos marcos do Atlântico Sul só receberia contornos realmente autóctones à medida que logravam êxito os movimentos de independência africanos: até lá, seus pressupostos de análise eram todos mediados pelas relações com os Estados Unidos e com os países da Europa Ocidental.

A adesão do Brasil à Segunda Guerra, por exemplo, alinhavada entre Brasil e Estados Unidos, deu-se, entre outros motivos, em razão do interesse logístico dos Aliados na proximidade territorial entre as cidades de Natal e Dacar. O Senegal, ainda uma colônia francesa, não foi pleno partícipe das discussões dessa estratégia. Pelo contrário, o território senegalês seria (ainda que em blefe) parte dos espólios da guerra divididos entre os Aliados. Conforme o historiador Gerson Moura:

> Para fortalecer a posição brasileira, Roosevelt apresentou uma série de propostas referentes a assuntos do pós-guerra, dizendo que achava que "após a guerra, Dacar deveria ficar sob algum tipo de tutela com três comissários: um dos Estados Unidos, um do Brasil e um de algum outro país americano, talvez". Esta promessa exagerada de um papel político para o Brasil na África do pós-guerra revela o objetivo básico de Roosevelt na reunião: ganhar a confiança de Vargas e do Brasil de modo a garantir apoio do país para as políticas estadunidenses. (MOURA, 2012:128).

Segundo argumenta Shiguenoli Miyamoto (1981), A participação brasileira na Segunda Guerra foi responsável por grande parte do legado institucional e epistêmico da fase áurea do pensamento geopolítico brasileiro. Tal legado seria adaptado e atualizado pelo processo de adesão do Brasil ao lado ocidental da polarização resultante da Guerra Fria. Na década de 1940, o corpo político e ideológico do Ocidente ganhou inédita racionalização militar por meio da criação de

instituições securitárias a exemplo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, de 1949) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, de 1947). No Brasil, esse robustecimento institucional se relacionou à criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Na ESG, ainda conforme Miyamoto (1981), o ensino e a pesquisa em geopolítica não eram apenas de natureza disciplinar, mas doutrinária. A ESG foi, portanto, a *alma mater* da Doutrina de Segurança Nacional.

Em relação à África, a geopolítica brasileira formada sob as bases dicotômicas da cisão bipolar não concedia uma interpretação que não a de potencial receptor de ideologias potencialmente perigosas. A natureza do colonialismo, e de seu racismo histórico constitutivo, e a renovada percepção de um Ocidente sob constante ameaça (militar e ideológica) foram duas questões indissociáveis à criação das alianças estratégicas dos momentos iniciais da Guerra Fria[4]. Conhecido como "o pai da geopolítica brasileira", o General Golbery do Couto e Silva sintetizou as bases de uma gestão estratégica da segurança nacional – nas quais é explícito o papel então atribuível ao continente africano:

> Combater o subdesenvolvimento nas áreas nacionais retardadas e no restante do continente, cooperar na imunização também dos jovens países africanos à infecção fatal do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer progressão soviética na direção dessa África atlântica onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional, colaborar por todos os meios para torná-la totalmente livre do domínio comunista – eis aí, mais ou menos bem delineadas, numa tentativa ordem de prioridade decrescente, as diretrizes principais que se nos afiguram indeclináveis (COUTO E SILVA, 1967: 137).

Por razões além das circunscritas às alianças militares – como a preservação de características comuns de natureza cultural, histórica e, até mesmo, religiosa – Golbery do Couto em Silva (1967) argumentava que o "Brasil precisa do Ocidente" e o "Ocidente precisa do Brasil". Estes são, em realidade, nomes de subcapítulos de sua obra mais importante, "Geopolítica do Brasil". Segundo essa análise, as

[4] A coesão ocidental ocasionada pela Guerra Fria só foi possível por meio de uma grande indiferença à relação de mútua dependência entre racismo e colonialismo. Que o amplamente conhecido discurso da "cortina de ferro" de Winston Churchill tenha sido proferido em uma instituição de ensino norte-americana cujo acesso, segundo o segregacionismo das Leis de Jim Crow, era negado aos negros, é uma evidência loquaz dessa indiferença. Como salienta a historiadora Brenda Plummer (2012) muitas demandas por igualdade racial nos Estados Unidos eram desqualificadas como manifestação da "ideologia vermelha".

relações com Portugal eram relevantes tanto em sua função geoestratégica – dadas as credenciais de Portugal como membro, ainda que "menor", da OTAN – quanto como parte da exaltação aos espólios civilizacionais europeus. Por essa razão, os primeiros governos militares, sobretudo de Castello Branco, mostraram-se fortemente indispostos a causar suscetibilidades a Portugal e optaram por não lhe fazer críticas frontais em relação às guerras coloniais ou ao fato de, contrariando resoluções da Organização das Nações Unidas, negar-se a prestar contas sobre o que ocorria em suas colônias. Em realidade, o governo português se referia às colônias com o eufemismo de "territórios ultramarinos" – e a si próprio como um "Império Multirracial e Pluricontinental". Em uma palestra proferida no Instituto Rio Branco, em 1964, o presidente Castello Branco dissera que:

> [...] nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal [...] qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente. (CASTELO BRANCO, 1964: 114)

É preciso lembrar que o mote das "relações especiais" com Portugal não era exclusivo ao pensamento castrense da ESG, tampouco restrito aos governos do regime militar. Segundo Álvaro Lins[5], embaixador brasileiro em Lisboa durante o governo de Juscelino Kubitschek, as elites brasileiras, admiradas com o patrimônio lisboeta, e apressadas em admirar as feições de progresso civilizatório européias, chegavam ao ponto de relativizar não apenas os males do colonialismo lusitano como da própria natureza autoritária do regime salazarista:

[5] O posicionamento de Lins contra o salazarismo - tanto em razão das limitações que impunha às liberdades civis em território português quanto às agruras que implicava a manutenção do colonialismo e das guerras coloniais - lhe rendeu uma forte rusga com o governo de seu próprio país. No início de 1959, a embaixada do Brasil em Lisboa concedeu asilo político ao líder de oposição de Salazar, o General Humberto Delgado. Em ato contínuo, o presidente JK desautorizou o seu gesto e, no que foi interpretado como prova de que as relações entre Brasil e Portugal não haviam sido danificadas pelo episódio, JK foi a Lisboa prestar uma visita oficial. Durante a visita, JK solicitou ao governo português que aceitasse a concessão de asilo político ao ex-ditador de cuba, Fulgêncio Batista, que acabara de ser deposto pela Revolução Cubana. Álvaro Lins foi exonerado da embaixada em Portugal, ao fim de 1959. Aos pesquisadores brasileiros, Lins deixou uma obra detalhada acerca da concessão de asilo a Delgado, em um relato caracterizado por uma forte crítica ao flerte da sociedade brasileira com o totalitarismo português (LINS, 2009).

> Dir-se-ia que houvera equívoco nas escolas primárias [brasileiras] quando lhes ensinavam que Portugal tem oitocentos anos de Nação e Estado. Oito séculos! Pois tudo parece de fato ter sido criado por Salazar ao correr de seus trinta anos de ditadura. Ditadura? Sim, mas quantas vantagens! (LINS, 1974: xviii)

Conhecendo-se minimamente as tendências políticas das elites brasileiras no contexto histórico do reconhecimento do governo de Angola tornam-se mais claras as razões da celeuma causada pelo episódio: afastava-se das relações especiais com Portugal e da predileção histórica ao que era visto como genuinamente ocidental. O MPLA, cabe lembrar, fora o grupo político auxiliado por Cuba em um projeto detalhada e apaixonadamente descrito por Gabriel Garcia Márquez em seu trabalho jornalístico "*Operación Carlota*", de 1975. Não é sem razão que a questão angolana é um dos momentos mais visitados pela historiografia da política externa africana do governo Geisel – e, provavelmente, da histórica política contemporânea das relações Brasil-África. Por um lado, o processo de independência angolana situou-se no centro da ação das superpotências da Guerra Fria no Terceiro Mundo na década de 1970 – quando das chamadas "guerras por procuração". Por outro lado, pela forma com que foi recepcionada no Brasil, a independência angolana evidencia duas transições políticas: da postura oficial do Brasil quanto ao colonialismo português e da própria transição política pela qual passava o regime militar brasileiro. O casamento entre uma política doméstica conservadora, a qual, dentre outras medidas, ordenara o fechamento do Congresso Nacional com o objetivo de aprovação de um pacote de leis eleitorais (o famoso "Pacote de Abril"), e uma política externa progressista, caracterizada pela tentativa de universalização ou de "ecumenismo" da inserção internacional do país, dá um aspecto de aparente incongruência ao reconhecimento de Angola.

O hiato de relações diretas entre Brasil e países africanos, conforme se tornavam independentes, passou a ser substituído por uma variada e complexa gama de interesses políticos e econômicos nem sempre – como é natural entre países soberanos – harmônicos. Superava-se, assim, a longa fase em que a política externa brasileira para a África, seja em temas econômicos ou puramente ideológicos, fora largamente determinada pela dicotomia internacional da cisão

bipolar, fase em que, no dizer do diplomata Ovídio de Andrade Melo (2015: 167) "nem utilitária a política externa podia ser"[6].

Nas seções subseqüentes, este artigo abordará alguns aspectos das políticas de cooperação africanas contra o colonialismo e o segregacionismo remanescentes na década de 1970, bem como a forma com que repercutiram na política externa brasileira do período. De forma pormenorizada, serão analisadas as relações entre Brasil e Senegal, seguidas das relações entre Brasil e Nigéria, com o intuito de perscrutar as formas particulares com que estes países exerceram pressões – tanto de persuasão quanto de dissuasão – em favor da autonomia política de seus pares e, assim o fazendo, influíram, diretamente, na "virada pragmática" do Brasil para a África a partir de 1974.

A cooperação africana contra o colonialismo remanescente na década de 1970

Além da característica comum de serem refratários à criação de governos autônomos e autóctones no continente africano, o colonialismo português e os governos de minoria racial da Rodésia do Sul e África do Sul compartilhavam a percepção de que a sua continuidade dependia, em grande parte, da manutenção física e ideológica de suas contrapartes. Havia grande interdependência geopolítica entre os territórios coloniais portugueses e aqueles governados pelos regimes segregacionistas de Pretória e Salisbury. Não interessava à África do Sul, por exemplo – que além da questão interna do *apartheid*, ocupava a Namíbia – um governo angolano de maioria negra e simpático aos países socialistas ou aos pleitos do Terceiro Mundo. Daí a prontidão com que auxiliou os grupos angolanos antagonistas do MPLA – sobretudo a UNITA, cujas bases eram mais próximas das fronteiras com a Namíbia. Ao seu favor, o colonialismo e o segregacionismo

[6] Segundo Andrade Melo, os anos imediatamente posteriores ao golpe civil-militar de 1964 foram especialmente difíceis a quem demonstrasse uma compreensão mais abrangente quanto às relações com os países africanos. Segundo ele, "relações com países socialistas, com o Terceiro Mundo, com os Não Alinhados, com representantes de povos que estivessem em luta contra o colonialismo tornaram-se altamente suspeitas. Nesse contexto, o Brasil voltava a votar solidariamente ao lado de Portugal na ONU – ainda que Portugal estivesse usando mão de obra praticamente escrava para ampliar suas plantações de café em Angola e competir com o Brasil nos mercados internacionais. Nem utilitária a política externa podia ser nessas condições" (MELO, 2015: 167).

remanescentes na década de 1970 tinham um discurso fortemente alicerçado em "interesses ocidentais". Ao argumentar sobre a intenção de manter os "territórios ultramarinos" apesar dos altos custos humanos e econômicos que as guerras coloniais tributavam, António Salazar (1965) dissera que "Portugal se bate afinal não só para firmar um direito seu, mas para *defender princípios e interesses comuns a todo o Ocidente*". Também em nome do Ocidente a Rodésia se opôs ao projeto de construção de uma ferrovia interligando os territórios de Zâmbia e Tanzânia a ser financiada pela República Popular da China – segundo Iba Der Thiam (2010), o governo rodesiano temia uma "incursão comunista" no coração da África.

A primazia da "proteção do ocidente" como chave interpretativa das questões africanas, entretanto, não era uma visão restrita aos governos imediatamente interessados em promovê-la: também no Brasil, a profilaxia anticomunista serviu de pressuposto de análise à insurgência africana e encontrou defensores com significativo poder político na década de 1970. A partir de 1974, o Brasil adentrava o processo de abertura do regime civil-militar instaurado uma década antes, o que não ocorreu sem sobressaltos ou rixas entre a chamada "linha dura", contrária à abertura, e o "grupo castelista", do qual o presidente Ernesto Geisel fazia parte. Neste contexto, um dos principais representantes da linha dura foi, igualmente, um dos principais críticos ao pragmatismo em política externa: o general Sílvio Frota, Ministro da Guerra e auto-declarado aspirante à sucessão presidencial. Frota foi pivô de uma celeuma que opôs seu ministério à presidência da república ehegou a denunciar Ernesto Geisel por sua suposta condescendência ao comunismo (SKIDMORE, 1989)[7]. Quanto à questão angolana, Sílvio Frota pormenorizou em seu livro de memórias as razões que o levaram a se opor ao reconhecimento do governo do MPLA – e acabou por ilustrar a notável capacidade de permanência do maniqueísmo subjacente à primazia da "defesa ocidental", originária da década de 1940:

[7] Segundo Thomas Skidmore, Frota chegou a publicar um manifesto de repúdio às políticas de Geisel, em que, de forma dramática, "advertia seus camaradas que se não seguissem seus conselhos sobre a 'preservação de um Brasil democrático', então 'quando as pesadas cadeias do totalitarismo marxista fizerem correr um suor de amargura pelo rosto pálido de suas viúvas, não quero que em seus gritos de desespero elas acusem o General Frota de não lhes ter apontado a ameaça iminente'". (SKIDMORE, 1989: 387).

> O imperialismo russo, agora consolidado nas margens desses oceanos, poderá ter a veleidade, do ponto de vista ideológico, de fazer ressurgir a antiga pretensão portuguesa de ligar, por terra, aqueles oceanos, através de Angola e Moçambique, sonho que se desvaneceu ante a lúcida, conquanto ambiciosa, política colonialista inglesa de Cecil Rhodes. Para tanto não deverá ter dificuldades, desde que domine as áreas intermediárias pelos habituais métodos da pertinaz propaganda marxista e do incitamento à subversão. Não se trata de uma profecia pessimista, o julgar assim; razões geopolíticas fundamentam esta hipótese, e a presença de cubanos e alemães orientais em Moçambique e Zâmbia, adestrando guerrilheiros negros para lutar na Rodésia, demonstra mais objetivamente o interesse soviético naquelas regiões. É preciso não desprezar a circunstância de os países da ponta do cone africano - Rodésia, República Sul Africana, Botsuana, Namíbia -, sob influência ocidental, ficarem envolvidos pelo norte, num verdadeiro abraço comunista, caso isso venha a ocorrer. (FROTA, 2006: 238).

Se, por um lado, contava com o discurso muito arraigado de defesa pró-ocidental em oposição ao contágio comunista supostamente atrelado à insurgência africana, o colonialismo remanescente, por outro lado, enfrentava uma força contrária relativamente mais organizada e articulada do que a dos anos precedentes. A Organização da União Africana completava treze anos de operação em 1973. Além disso, nos anos 1970, a maior parte dos governos de Estados africanos independentes detinha mais de uma década de experiência em termos de coalizão e de concertação política tanto entre seus pares continentais quanto em relação a governos não-africanos. Dois exemplos são emblemáticos de ambos os casos. Do primeiro, o apoio logístico concedido pela Tanzânia aos movimentos de libertação nacional: segundo Alicia Altorfer-Ong (2003), o país chegou a tornar-se sede, simultaneamente, da Organização do Povo do Sudoeste Africano (da Namíbia), da Frente de Libertação de Moçambique e do Congresso Nacional Sul-Africano.

Do segundo caso, foi paradigmático o embargo à venda de petróleo de 1973 fabricado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da qual a Argélia e a Nigéria eram membros. Por parte dos países árabes da OPEP, a motivação principal ao embargo da venda de petróleo deu-se como represália à ajuda estadunidense concedida a Israel na Guerra Árabe-Israelense (ou Guerra do Yom Kippur). Por parte dos africanos, entretanto, a motivação ao embargo era distinta e se concentrava no fato de que Portugal, segundo Eric Hobsbawn (1994: 242), fora o único país europeu que aceitara ceder seu território (no caso, a Ilha dos

Açores) para o transporte de equipamentos e tropas dos Estados Unidos em caminho ao teatro de operações no Oriente Médio. Foi neste contexto que, segundo Letícia Pinheiro (2013), a Nigéria manifestou abertamente a intenção de colocar o Brasil na lista dos países embargados por conta de suas ambivalências em relação ao colonialismo português – intenção demovida por meio da reorientação da política externa brasileira a partir de 1974 e, provavelmente, após o reconhecimento do governo angolano.

Não apenas na questão petrolífera, entretanto, mostrou-se eficaz a articulação política afro-árabe. Na década de 1970, os países africanos buscaram consolidar a relação de mútua dependência entre racismo e colonialismo como tema da política internacional. Não é sem razão, por exemplo, que a primeira Década de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, por meio de conferências temáticas que seriam sucessivamente promovidas pela ONU, foi estipulada para o interregno de 1973 a 1982. Dentre as estratégicas dos governos africanos estava a de não isolar a crítica ao colonialismo ao seu próprio continente, mas fortalecer o discurso anticolonial estendendo-o à atuação de Israel sobre a Palestina, de forma a garantir o importante apoio das nações árabes. Assim, na Assembleia de chefes de Estado e de governo da Organização da União Africana, realizada em Kampala, em julho de 1975, foram adotadas a Resolução 76 (Sobre o Oriente Médio e os Territórios Árabes Ocupados) e a Resolução 77 (Sobre a Questão da Palestina)[8].

Na primeira resolução, condenou-se a ocupação de territórios árabes pelo Estado de Israel, assim como o apoio político de seus aliados ocidentais que, indiretamente, auxiliavam na manutenção da situação palestina. Além disso, a resolução qualificava o sionismo como uma manifestação de racismo e, simultaneamente, conclama-se a atuação de todos os membros da OUA para exercer pressão política contra Israel na ONU. Na segunda resolução, foram retomados os princípios e considerações da resolução anterior e tomada a decisão de prestar auxílio, não apenas político, mas também material, à Palestina. Em conjunto, as Resoluções 76 e 77 da OUA constituíram a ante-sala de uma discussão

[8]Todas as resoluções firmadas no âmbito da OUA encontram-se disponíveis no sítio virtual da União Africana (organização que a sucedeu em 2002): <http://www.au.int/>

que extrapolou, em muito, o continente africano. Levado à Assembleia Geral da ONU, o tema resultou na Resolução 3379, que condenava, diante da sociedade internacional, o sionismo como uma forma de discriminação racial.Foi neste contexto de articulação afro-árabe que, em novembro de 1975 (mesmo mês em que se deu o reconhecimento do MPLA) o Brasil votou favoravelmente na Resolução 3379 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que condenava o sionismo como uma prática de racismo e de discriminação racial[9].

Segundo o ministro Azeredo da Silveira (2010), Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano, foi particularmente cáustico na crítica ao governo brasileiro quanto ao voto antissionista, uma vez que chegou a enviar uma nota pessoal solicitando que o Brasil mudasse seu posicionamento. No plano doméstico, a oposição ao voto antissionista coincidia, largamentecom a posição contrária ao reconhecimento do MPLA e ao estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China – vide o exemplo do General e Ministro da Guerra Sílvio Frota. Considerando a significativa oposição, interna e internacional, enfrentada pela política externa pragmática, pressupõe-se que havia perspectivas de ganhos nos cálculos que levaram a essas tomadas decisórias pelos dirigentes brasileiros – tanto em termos de barganha política e de capacidade interlocutória, principalmente no Terceiro Mundo, quanto ganhos econômicos.

No quadrante econômico, a virada pragmática da política exterior deu-se como resposta às crescentes suscetibilidades domésticas, próprias da decadência do "milagre econômico brasileiro". Tratava-se de um cenário agravado pela enorme

[9] O episódio do "voto antissionista" foi representativo da assertividade do Presidente Geisel na elaboração da política externa de seu governo. Segundo Azeredo da Silveira, o voto provisório do Brasil na comissão prévia à votação no plenário da AGNU motivou o envio de uma nota pessoal de Henry Kissinger solicitando que o Brasil mudasse seu posicionamento – ato que Azeredo da Silveira, apoiado por Geisel, julgou intransigente. Juntamente com o México, o Brasil era o único país latino-americano (à exceção de Cuba) a ter votado favoravelmente na comissão. Azeredo da Silveira era favorável à abstenção no plenário, porém, por vontade de Geisel, o voto foi mantido – diferentemente do México, que retrocedeu. Segundo Azeredo da Silveira, em seu depoimento ao CPDOC-FGV, Ernesto Geisel "não entendia que, em um organismo multilateral, a abstenção pudesse ser um voto expressivo. Ele tinha aversão ao voto de abstenção. Na OEA, tem um caráter ainda mais expressivo porque soma-se aos votos negativos, apenas não caracteriza a posição do país. Na ONU, é apenas abstenção mesmo, não é computado, mas representa uma posição de meia solidariedade com a tese porque a gente faz sempre uma declaração de voto. Quando fui conversar com o presidente Geisel, ele me disse: 'Você certamente acha que é um caso de abstenção, não é?'. Disse, 'Acho que é'. E devo dizer que ele namorou a ideia de abstenção, mas depois encasquetou e dizia assim: 'Para mim, sionismo é preconceito racial'"(SILVEIRA, 2010d, p.113).

dependência de mercados estrangeiros de petróleo, pela ulterior necessidade de aumentar mercados a fim de equilibrar a balança comercial crescentemente deficitária do país e, por fim, pelo protecionismo contextual de parceiros tradicionais, sobretudo, Estados Unidos e países da Europa Ocidental. O pragmatismo tornou-se, assim, tanto o conceito-síntese da política externa quanto um dos carros-chefe de aquecimento econômico que, no plano doméstico, dependia do êxito do 'crescimento em marcha forçada' do II PND.[10]

Tanto na questão energética quanto na comercial as relações com os países africanos tinham grandes implicações práticas, não apenas em razão de seu óbvio potencial comercial (como importadores de produtos brasileiros e/ou exportadores de petróleo). Em razão do alto grau de convergência política demonstrada pelos países africanos no período, priorizar as relações com o continente resultava em um importante efeito multiplicador. Nos marcos da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, os votos dos países africanos e de seus associados tinham um peso determinante – como demonstrou a Resolução 3379, ou, ainda, a votação que reconheceu a República Popular da China como o membro representado na ONU no lugar de Taiwan. Apesar de não ter havido consenso entre as potências, ambas as resoluções passaram pela vontade da maioria. Desde a assinatura da Carta de São Francisco, em 1945, o número de Estados nacionais reconhecidos pela ONU havia triplicado, principalmente em decorrência das independências afro-asiáticas.

Na Assembleia Geral, onde impera o sistema "um governo, um voto", a votação conjunta entre Estados africanos resultou, frequentemente, em decisões de monta. Desde, pelo menos, o governo Médici, o governo brasileiro tornou-se particularmente ciente do renovado poder de barganha dos africanos na AGNU. Em 1973, por exemplo, o Brasil sofreu um grave revés em relação à Argentina, quando este país colocou em discussão a necessidade de consentimento prévio para a

[10]Em discurso televisionado em novembro de 1975, Ernesto Geisel (1975: 191) sintetizou, pontualmente, a visão de seu governo quanto a natureza das suscetibilidades econômicas correntes: "Em diferentes oportunidades, particularmente por ocasião do lançamento do II PND, julguei necessário referir-me ao cenário de perplexidades e obstáculos em que se vem arrastando a economia mundial, desde fins de 1973 até hoje. A verdade é que tais dificuldades — crise de energia, universalização da inflação e estagnação nos países desenvolvidos, com os conseqüentes entraves ao comércio internacional e problemas crescentes no balanço de pagamentos para todo o mundo subdesenvolvido — estão persistindo mais do que, ao início deste ano, seria razoável esperar-se".

construção de obras em rios internacionais – numa clara tentativa de barrar a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Como demonstrou o historiador Jerry Dávila (2010:168), na percepção do governo brasileiro, a resolução de iniciativa argentina só foi aprovada porque os governos africanos votaram em bloco como forma de pressionar o Brasil a rever sua inconsistência na questão colonial portuguesa.

O governo Geisel iniciou-se em um período em que as convergências entre os países africanos mantinham um grau de consistência análogo ao de seu antecessor, com a diferença de que o quadro econômico brasileiro tornou-se significativamente mais suscetível a flutuações da economia internacional. Dessa diferença se deduz a motivação mais elementar por detrás da estratégia de sinalizar o interesse brasileiro em aproximar-se das grandes bandeiras políticas africanos – estratégia para a qual, na questão específica do colonialismo português, a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, veio a contribuir. Em termos operacionais, foi preciso investir em países específicos como forma de dar consecução a esta estratégia. Neste sentido, o Senegal e a Nigéria, por razões que serão detalhadas a seguir, mostraram-se como países a serem priorizados. De forma geral, eram países com os quais o Brasil detinha relações pregressas consolidadas, posto que sediaram algumas das primeiras embaixadas brasileiras criadas durante os governos de João Goulart e de Jânio Quadros. Além disso, eram bastante representativos da África de expressão anglófona e francófona, além de fazerem parte de um conjunto de países dispostos a investir em projetos de integração de seus pares regionais, como evidenciou a criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975. Sobretudo, tinham relações muito próximas com os países africanos de língua portuguesa.

Relações Brasil-Senegal (1974-1979): mais do que uma diplomacia de prestígio

Em novembro de 1974, no mesmo ano da posse de Ernesto Geisel, que ocorrera em março, o ministro Azeredo da Silveira viajou à cidade de Dacar. O objetivo da sua viagem era duplo: reunir-se com os representantes diplomáticos brasileiros lotados em embaixadas e consulados africanos, assim como realizar uma visita oficial ao presidente senegalês, Léopold Sédar Senghor. A expansão dos

postos diplomáticos na África, tanto as cumulativas, quanto as físicas, estava entre as medidas previstas para a reformulação da política africana, de forma que a reunião com os representantes brasileiros auxiliaria na organização e na operacionalização dessa agenda. O encontro com o presidente Senghor, por sua vez, além da lida de questões formalmente bilaterais, almejava divulgar a intenção do novo governo brasileiro de dar atenção prioritária aos países da África Atlântica (SILVEIRA, 2010: 97). A capital do Senegal, dessa forma, tornou-se o ponto de partida físico da virada pragmática da política africana. O discurso proferido por Azeredo da Silveira é uma evidência do acentuado tom inaugural com que se revestiu a ocasião:

> Faz poucos meses, meu governo declarou solenemente que o Brasil atribuiu às suas relações com as nações africanas atenção prioritária, só comparável à que dedica, no mesmo grau de interesse, ao convívio com os seus irmãos latino-americanos. Em palavras cunhadas para servir de orientação permanente à política externa brasileira, disse o Presidente Ernesto Geisel que o Brasil se empenhará em cumprir, com rigor, a sua parte no dever de solidariedade para com as Nações irmãs e vizinhas, nos dois lados do Atlântico. Conhecida esta deliberação, era preciso vir aqui testemunhá-la de viva voz. Expressar ao governo e ao povo do Senegal que identificamos, na colaboração entre o meu país e as jovens nações da África, o caminho para uma renovada e promissora etapa na vida internacional do mundo em desenvolvimento (SILVEIRA, 1974b).

Em 1974, O Brasil possuía seis embaixadas físicas na África Subsaariana, do que se deduz que a viagem ao Senegal foi uma escolha motivada por interesses específicos[11]. Afora a questão quase determinista proveniente da proximidade geográfica entre os dois países – fato que, desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ratificou o território senegalês como região geoestratégica fulcral no tabuleiro do Atlântico Sul –, havia, ainda, a imagem de estabilidade e prestígio de seu presidente, que denotava a própria relativa estabilidade das instituições e do governo senegalês no panorama geral da política africana. O presidente Senghor, na percepção do governo brasileiro, correspondia a uma imagem de liderança moderada, somada a uma importante capacidade de interlocução junto aos seus pares africanos. Por um lado, o 'presidente poeta' gozava do prestígio de ser um

[11] Em 1974, havia seis embaixadas físicas do Brasil instaladas na África Subsaariana, das quais, cinco estavam na África Atlântica: Abdijan (Costa do Marfim), Acra (Gana), Dacar (Senegal), Kinshasa (Zaire) e Lagos (Nigéria); na África Oriental, havia a embaixada em Nairóbi (Quênia).

prócer intelectual do movimento da *négritude* e da defesa da auto-determinação das nações africanas. Por outro lado, não era propenso a um perfil revisionista ou de confrontação direta com os países da Europa Ocidental, evidente, por exemplo, em seu apreço pessoal aos idéias da francofonia (SHRAEDER, 1997).

'Equilíbrio e prestígio' eram os dois atributos que aferiam ao Senegal uma posição privilegiada na nova política africana. Com a viagem de novembro 1974 se buscava, sobretudo, um efeito multiplicador à nova imagem brasileira junto ao conjunto de nações africanas. Na exposição de motivos que precedera a viagem, Azeredo da Silveira escreveu a Geisel que:

> A imagem de equilíbrio e o prestígio do governo senegalês conferem-lhe uma alta representatividade entre as nações africanas, que seguramente interpretarão a presença do Ministro de Relações Exteriores do Brasil naquele país como homenagem a toda comunidade africana, da qual o Presidente Léopold Senghor é reconhecidamente um paladino (SILVEIRA, 1974a).

A viagem de novembro 1974, no entanto, não foi o único episódio de significado inaugural ou simbólico protagonizado pelo governo senegalês nos marcos das relativamente recentes relações Brasil-África. Em 1964, Senghor, a despeito de sua aberta inclinação socialista, tornou-se, conforme Jerry Dávila (2010) o primeiro chefe de Estado a visitar o Brasil após o golpe civil-militar, quando buscou, ainda infrutiferamente, um papel de mediação do Brasil em relação a Portugal no processo de independência de suas colônias. Em 1977, o encontro de Geisel e Senghor, quando da inauguração da nova embaixada do Senegal em Brasília, tornou-se simbólico do êxito político advindo da viagem de 1974 e, em razão das proporções do evento, tornou-se um marco na curta história política da nova capital brasileira[12].

[12] Manuel Mendes (1995: 359), em sua história arquitetônica de Brasília, assim descreveu a segunda visita de Senghor ao Brasil: "Na sexta-feira, 4 de novembro de 1977, às 19 horas, os Presidentes Léopold Senghor e Ernesto Geisel inauguraram o original conjunto arquitetônico da Embaixada do Senegal na Avenida das Nações Norte [...]. A Embaixada, que já estava pronta e funcionando havia mais de um ano, teve sua inauguração retardada para que a cerimônia fosse presidida por Senghor. Assim, pela primeira vez na história diplomática da nova Capital, o edifício-sede de uma Embaixada era inaugurado pelo Presidente do país representado, com a correspondente participação do Presidente brasileiro. Talvez por isso, aquela foi a maior solenidade do gênero até então realizada, com a presença de mais de 500 pessoas".

Além do benefício da estabilidade de relações pregressas consolidadas, desde a década de 1960, a aproximação do Senegal correspondia, ainda, ao benefício de auxiliar no projeto de ampliação de parcerias propugnada pela política externa do governo Geisel. A capacidade de interlocução do Senegal não se restringia ao continente africano: no Movimento dos Não Alinhados (MNA), tinha uma posição de liderança moderada, que, por associação, poderia ser explorada pelo Brasil, sobretudo em um momento em que pesavam as críticas da Argentina nesta organização (em razão da celeuma acerca do uso de rios internacionais)[13]. Junto aos países árabes, o Senegal possuía, igualmente, um bom trânsito político. Conforme Peter Schraeder (1997), por exemplo, a primeira Missão Diplomática da Organização de Libertação da Palestina (OLP) na África Subsaariana foi criada na cidade de Dacar. Foi no tema do colonialismo, e do colonialismo português, entretanto, que as habilidades de influência e de persuasão da política externa do Senegal, em relação ao Brasil, mostraram sua maior eficácia.

Conquanto o Senegal tivesse múltiplos interesses na independência das colônias portuguesas, nenhum urgia soluções tão imediatas quanto a cessão das guerras coloniais na Guiné-Bissau, país vizinho com o qual partilha fronteiras, até hoje caracterizadas por intensa porosidade (DIALLO, 2011). Com o desenrolar (de mais de uma década) de guerras, o Senegal tornou-se receptor de um contínuo fluxo de refugiados advindos da Guiné-Bissau que, em sua maioria, destinavam-se à região de Casamance. Além das ondas de refugiados, havia, ainda, a questão das sistemáticas incursões de tropas portuguesas em cidades e vilarejos senegaleses a pretexto de combate às guerrilhas da Guiné-Bissau, ao que se somavam sucessivas invasões, também, do seu espaço aéreo. Com efeito, a denúncia a essas incursões ilegais no âmbito da ONU, como também junto de seu órgão decisório máximo, o Conselho de Segurança, contribuíram para a decisão de condenar formalmente, em

[13] Em 1975, foi iniciada a obra de construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Simultaneamente, a Argentina aprofundou suas críticas destinadas ao Brasil acerca da utilização de rios internacionais. Fazia uso de uma tática militante junto ao Movimento dos Não Alinhados (além da Assembleia Geral da ONU) para defender a tese de que a utilização de cursos d'água para fins de produção energética não poderia se esquivar do consentimento da nação localizada a juzante do rio - ou seja, a própria posição da Argentina enquanto ribeirinho inferior do Rio Paraná.

mais de uma ocasião, o governo português[14]. O Senegal, portanto, teve um papel importante na condenação das práticas coloniais portuguesas e, por extensão, no isolamento diplomático ao qual progressivamente foi submetido Portugal ao longo da década de 1960 e, com ênfase, na de 1970.

No que diz respeito às operações do Senegal junto ao Brasil referentes à questão colonial portuguesa, é possível observar, desde a década de 1960, duas frentes distintas. A primeira é a mais singular do ponto de vista da atuação política de Estados africanos no seu "ativismo anticolonial", posto que não se deu ao nível da política oficial de Estados e de seus estadistas, mas no cenário doméstico brasileiro. Conforme a análise de Jerry Dávila (2010), o governo senegalês, por meio de sua embaixada – principalmente quando ainda localizada no Rio de Janeiro – tornou-se uma fonte de abrigo e de proteção aos indivíduos provenientes das colônias portuguesas, principalmente daqueles que, a partir do território brasileiro, eram atuantes nos movimentos de libertação nacional. A segunda frente de atuação do Senegal se deu por meio da diplomacia secreta entre Senghor e o General Spínola, representante militar português na Guiné-Bissau, à surdina da guerra de independência neste país. Nesse sentido, as impressões trocadas entre representantes brasileiros e senegaleses foram cruciais para consolidar a percepção brasileira quanto aos limites políticos e operacionais da manutenção da guerra portuguesa na Guiné-Bissau, conforme se depreende da leitura de documentos referentes às visitas do ministro Gibson Barboza a Dacar durante o seu "périplo africano" em 1972 – documentos disponibilizados por meio da abertura e digitalização do Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-CPDOC)

Desde 1963, quando Senghor enviou seu sobrinho, Henri Senghor, para presidir a embaixada de seu país no Brasil, foi dado início à colaboração entre a

[14] A Resolução 294 (1971) do Conselho de Segurança da ONU, por provocação do Estado senegalês, condenou Portugal por atos de violência e de destruição em cidades guineenses e senegaleses e pela ilegalidade do uso de minas terrestres no território senegalês. Além disso, a Resolução rememorava resoluções pregressas que haviam condenado Portugal pela ilegalidade de atitudes semelhantes: Resolução 178 (1963), Resolução 204 (1965) e Resolução 276 (1969). Todas as resoluções podem ser lidas em sua íntegra no sítio virtual do arquivo do Conselho de Segurança da ONU: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>

embaixada e indivíduos relacionados ao ativismo anticolonial provenientes de colônias portuguesas. De várias formas essa colaboração foi exercida. Uma delas dava-se por meio da concessão de passaportes senegaleses a estudantes provenientes de colônias portuguesas para que, dessa forma, pudessem utilizar as cotas do Senegal no convênio estudantil Brasil-África, criado durante o governo de Jânio Quadros. A pesquisa de Dávila (2010) indica que foi assim que Fidelis Cabral, cidadão da Guiné-Bissau, abriu uma representação do PAIGC no Brasil – onde estudou Direito e, após a independência, tornou-se o primeiro Ministro da Justiça de seu país. Após o golpe de 1964, essa ajuda tornou-se crucial, posto que as fortalecidas comunidades de inteligência brasileira, muitas das quais agindo à revelia do governo – sobretudo o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – passaram a transmitir, diretamente, informações para a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia colonial e de repressão da ditadura salazarista. Neste caso, não era incomum que o presidente Senghor intercedesse pessoalmente nos casos mais difíceis.

Um episódio, ocorrido em 1975, tornou-se evidência da perenidade das impressões causadas pela atuação de Senghor junto aos países recém independentes – tanto quanto da colaboração e/ou da condescendência, do governo brasileiro para com o colonialismo português. Naquele ano, na viva iminência da independência de Angola e de Moçambique, tomou-se a iniciativa de abrir Representações Especiais do Brasil nestes países, com a ambição de reverter a imagem de ambivalência do Brasil, como demonstração de ímpeto pela aproximação política e de solidariedade às suas independências. Conforme o responsável pela operacionalização do plano, o diplomata Ovídio de Andrade Melo (2015), a proposta foi aceita em Angola e, uma vez aberta a representação, ele mesmo tornou-se o representante brasileiro em Luanda. No caso de Moçambique, entretanto, a resposta foi veementemente contrária. Segundo Marcelino dos Santos, porta-voz da FRELIMO, os moçambicanos “depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal, não estavam acostumados a ver o Brasil como um país amigo” (ANDRADE MELO, 2015: 200). Segundo Ovídio de Andrade Melo:

> Em 1963, justamente para dar a conhecer ao público brasileiro o drama da guerra anticolonial, a Frelimo havia aberto um escritório no Rio. Aquela representação diplomática oficiosa de um país ainda não independente correspondia, em sentido inverso, à representação diplomática formal que agora queríamos abrir num país cuja independência ainda não estava completa. Mas em 1964, o escritório da Frelimo no Rio foi varejado pela polícia, e seus funcionários presos e seviciados. Mais: foram ameaçados de expulsão para Portugal, onde iriam cair nas masmorras da PIDE. E tão desastrosa expulsão só não se consumou porque Léopold Senghor, Presidente do Senegal, intercedeu junto ao Brasil, em favor da Frelimo (ANDRADE MELO, 2015: 202).

Se a aproximação com os países de língua portuguesa constituía um dos pontos centrais da 'correção de rumos' em matéria de relações com o continente africano, restava claro que ao Senegal podia-se auferir um papel estratégico – certamente considerado quando da viagem de Azeredo a Dacar, logo em 1974. Em 1972 – durante o governo de Emílio Médici -, Gibson Barboza, então ministro de relações exteriores do Brasil, visitou, de forma consecutiva, nove países da África Subsaariana. O principal objetivo do seu 'périplo', era o de tentar contornar as suscetibilidades, cada vez mais agudas, a que as relações Brasil-África eram submetidas em razão das 'relações especiais' com Portugal[15]. Alguns dos aspectos mais relevantes acerca dos diálogos bilaterais com líderes africanos encontram-se, no entanto, na comunicação trocada entre Gibson e Médici acerca do encontro que, em janeiro de 1973, o ministro teve com Rui Patrício, o então encarregado de Negócios Estrangeiros de Portugal.

Em comunicação com o presidente Médici, Barboza relatara que, em tom acautelador, dissera ao seu homólogo português que a questão de Guiné-Bissau era a mais urgente. A descolonização e o cessar fogo na Guiné deveriam ter uma solução igualmente mais célere também em razão das proporções do território guineense, que, em tese, o tornaria um caso análogo ao da rápida descolonização de Goa, na Índia. Argumentou a Rui Patrício replicando as palavras que o presidente Senghor lhe havia transmitido, poucos meses antes, em sua viagem a Dacar:

> "No momento em que Amílcar Cabral [presidente do PAIGC] instalasse governo, o Senegal e pelo menos oitenta outros países, entre africanos,

[15] Cabe lembrar que, em abril naquele mesmo ano, em um contexto internacional caracterizado pelas denúncias às guerras portuguesas na África, no Brasil, o presidente português realizava visita oficial, por ocasião do sesquicentenário de sua independência – ocasião em que se realizou o translado do corpo de D. Pedro I e em que se comemoraram os "laços especiais" que uniam os dois países.

> asiáticos, europeus ocidentais, latino-americanos e socialistas, o reconhecerão como legítimo e tirarão daí a conclusão óbvia: a potência invasora passa a ser Portugal". Essa formulação de Senghor, conjugada com a avalanche de resoluções contra o domínio português na África, aprovadas no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral das Nações Unidas, invalidam totalmente, a meu ver, sua esperança de que a intervenção militar africana viesse a ser reprovada. Pelo contrário, seria provavelmente apoiada, a meu ver, pela quase unanimidade da comunidade internacional (BARBOZA, 1973).

Ainda sob a temática das relações entre Senegal e Guiné-Bissau, o ministro Gibson indagou Patrício sobre suas impressões gerais, no marco da política doméstica de seu país, sobre o general português Antônio de Spínola – que, à época, ocupava a posto de governador militar da Guiné-Bissau. Segundo Gibson, a pergunta se devia ao fato de que Senghor parecia tê-lo em alta estima e respeito. Era a época da diplomacia secreta entre o presidente senegalês e o militar português que, dentro de pouco tempo (meses), tornar-se-ia o primeiro presidente empossado após a Revolução dos Cravos, de abril de 1974. Em janeiro de 1973, entretanto, Rui Patrício tergiversou a indagação e, no lugar de uma resposta, perguntou a Barboza se tinha notícia sobre encontros recentes entre Spínola e Senghor. Barboza respondeu-lhe, laconicamente, que não. Para o presidente Médici, entretanto, escreveu que "embora eu soubesse que sim, e por várias vezes, respondi-lhe obviamente ignorar qualquer encontro, acrescentando ser mais fácil para Rui Patrício do que para mim apurar o fato" (BARBOZA,1973).

As conversações secretas, feitas entre os anos de 1973 e 1974, ainda que seja impossível de apurar os seus pormenores, pela própria natureza desses diálogos, como pelas limitações temáticas do presente artigo, são evidência dos múltiplos jogos de persuasão por parte do governo do Senegal, tanto junto ao governo português, como junto ao brasileiro. Se, a partir de 1974, o governo brasileiro almejou reverter sua imagem pregressa de ambivalência quanto ao colonialismo lusitano, faz-se importante salientar o papel da política senegalesa como um dos componentes direcionadores desta mudança. Não é sem razão, portanto, que o reconhecimento brasileiro do governo da Guiné-Bissau, em 1974, antes mesmo que Portugal o fizesse, foi tomado como um ponto-de-virada à política africana: representava a articulação dos agentes políticos mais imediatamente relacionados ao objetivo máximo de mudança do perfil e da imagem do país em

relação ao colonialismo. Nas palavras do ministro Azeredo da Silveira, com efeito, o reconhecimento da Guiné-Bissau tratou-se da "primeira e a mais violenta correção na nossa política africana (SILVEIRA, 2010: 94)".

Relações Brasil-Nigéria (1974-1979): coincidência de pragmatismos

Por razões distintas das senegalesas, a Nigéria foi um país capaz de influir nas decisões da política oficial do Brasil em relação à África. De certa forma, as relações entre Brasil e Senegal orbitavam em torno de temas eminentemente políticos por conta de sua proximidade territorial, tanto quanto da capacidade de interlocução do carismático presidente Senghor, influente em vários meios de interesse brasileiro. As relações com a Nigéria, por outro lado, não se deram por meio de convergências imediatas, tampouco em decorrência de uma diplomacia de cúpula cuidadosamente alinhavada – evidente na visita de Azeredo da Silveira a Dacar, em novembro de 1974. Pelo menos duas características do Estado nigeriano o tornavam muito distinto do Senegal da década de 1970. Por um lado, a Nigéria não gozava das estabilidades política e social senegalesas[16]. Por outro lado, no entanto, a Nigéria tinha um dos maiores potenciais econômicos da África, em razão de sua densidade demográfica, de sua extensão territorial e da robustez de suas reservas de petróleo (características que, atualmente, contribuem para que a Nigéria ocupe a posição de maior economia do continente, superando a África do Sul).

Os principais meios de persuasão da Nigéria eram, portanto, majoritariamente econômicos. Embora não tenha sido um país reconhecido por estar na vanguarda de movimentos políticos ou estéticos da África pós-colonial – a exemplo do panafricanismo de Nkrumah, ou da *négritude* de Senghor –, exerceu uma influência decisiva em prol da descolonização e do combate aos governos segregacionistas. Evidentemente, economia e política não são domínios cirurgicamente separáveis, e, se o artifício da distinção analítica é eficaz, o mesmo não se pode dizer sobre os

[16] Pelo contrário: a história política da Nigéria durante o Período Militar (1966-1979), que se seguiu à Primeira República (1963-1966), é uma narrativa de constantes golpes de Estado e de instabilidade administrativa. Dos quatro presidentes que governaram a Nigéria durante esse período, apenas o último, Olusegun Obasanjo, entregou o poder pacífica e legalmente ao seu sucessor.

meios disponíveis ao tomador de decisão. Conforme deixou claro o ministro Azeredo da Silveira, em seu depoimento ao CPDOC-FGV, a postura anticolonial e a perspectiva de inserção em novos mercados eram, no caso da Nigéria, dois lados da mesma moeda:

> Li uma notinha em *O Globo* dizendo que a Nigéria iria passar a Argentina como importância em comércio, coisa que não se dará [...]. Bem, essa nota dizia que aqueles que acreditavam que Angola e Moçambique seriam os países de maior comércio estavam enganados. O autor da nota se esquece de que se não tivéssemos tido uma posição clara sobre Angola e Moçambique não teríamos nenhum comércio com a Nigéria. É importante deixar bem claro que a Nigéria só se aproximou de nós pela nossa compreensão em relação aos problemas africanos e pela nossa posição anticolonialista. Poucos países têm as relações tão íntimas com Angola quanto a Nigéria. [...]. Nós, de caixeiro-viajante em punho, não teríamos *jamais* conquistado os mercados africanos. E a intenção não era essa. (SILVEIRA, 2010: 105).

Desde, pelo menos, as viagens de Gibson Barboza à África, em 1972, sabia-se da indisposição da Nigéria em relação a Portugal e dos custos que as "relações especiais" do Brasil com este país acarretariam. Em um telegrama ao presidente Médici, Barboza afirmara que dentre os representantes dos nove países visitados, o ministro nigeriano Okoi Arikpo havia sido o mais abertamente hostil a Portugal (BARBOZA, 1973). A somar-se à própria questão colonial portuguesa, havia ainda o agravante de Portugal ter cedido a Ilha de São Tomé para que a França pudesse fazer o translado de armamentos em direção à Nigéria, durante a Guerra de Sucessão da Biafra[17]. A tentativa de secessão da Biafra, região rica em petróleo que chegou a declarar-se, momentaneamente, um Estado autônomo, tornou-se o episódio mais convoluto da curta história da Nigéria pós-independência. Para além dos pesados custos humanos, os quase três anos da guerra fratricida, transcorridos de 1967 a 1970, deixaram o legado das várias intervenções estrangeiras, cuja principal característica não foi senão a de ter ocorrido à revelia de qualquer sentido de coordenação política[18].

[17] De acordo com o mesmo telegrama, Barboza relatou a Médici que Okoi Arikpo havia conversado com Franco Nogueira (Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal), que lhe prometeu cessar o apoio à França. No entanto, conforme as palavras de Arikpo, relatadas por Barboza, "Não só Franco Nogueira não cumpriu essa promessa, como nenhuma outra, e mentiu em tudo o que me disse" (BARBOZA, 1973).

[18] Ali A. Mazrui sintetiza o papel de forças estrangeiras da seguinte forma: "o apoio dado pela França à Biafra era contrabalanceado pelo apoio dos britânicos à Nigéria federal; a ajuda material oferecida por Israel à Biafra tinha como contrapartida a presença dos pilotos cedidos pelo Egito à aviação

A experiência pregressa da Guerra da Biafra condicionou as percepções nigerianas quanto às guerras de independência das colônias portuguesas, sobretudo em relação às posições tomadas por potências militares ocidentais. Conforme a análise de Olayiwola Abengurin (2003), quando se tornou pública a subvenção da África do Sul e dos Estados Unidos à FNLA e à UNITA, em Angola, a Nigéria deixou de ser um mero expectador, a princípio simpático aos três grupos (MPLA, FNLA e UNITA), e assumiu uma posição de inequívoco suporte, financeiro e político, ao MPLA. Por essa razão, as relações entre a Nigéria e os Estados Unidos esfriaram durante os governos de Nixon e de Ford, no que o insucesso das táticas de Henry Kissinger em lidar com a conjuntura africana foi crucial. No segundo semestre de 1975, Kissinger tomou a iniciativa de enviar uma carta à Organização da União Africana instando-a a não reconhecer o governo do MPLA, gesto que foi respondido, pela Nigéria, com o cancelamento de sua visita agendada para aquele ano[19]. Com frieza análoga, replicou com uma crítica à Emenda Byrd[20] a proposta de estabelecer diálogos conjunto para tratar da questão rodesiana (ABENGURIN, 2003).

As relações entre Estados Unidos e Nigéria só foram normalizadas a partir da eleição de Jimmy Carter em 1977. Ainda que as rusgas pregressas houvessem sido dirimidas, o discurso do governo nigeriano em relação aos governos segregacionistas da África do Sul e da Rodésia permaneceu incólume. Em outubro de 1977, o presidente Olusegun Obasanjo prestou uma visita aos EUA, e diante de uma platéia constituída por representantes empresariais norte-americanos, afirmou, em tom categórico, que

> A intransigência dos regimes minoritários criou uma situação em que temos que usar cada arma de nosso arsenal para derrubar o governo da maioria na Rodésia, na Namíbia e na África do Sul. Nós somos compelidos, nessas circunstâncias, em insistir que aqueles cujas atividades econômicas nesses territórios ajudam a manter a estabilidade dos regimes minoritários não

federal; e o apoio da África do Sul e dos rodesianos brancos à Biafra opunha-se à atitude da Organização pela Unidade Africana, favorável à manutenção da integridade territorial da Nigéria. Até mesmo os chineses intervieram em favor de Biafra para contrabalançar o apoio dado pelos soviéticos à Nigéria" (MAZRUI; WONDJI, 2010: 14).

[19] Mais do que isso, a carta de Kissinger foi respondida por outra, do presidente Obasanjo, que dizia, entre outras coisas, que "idos são os dias em que a África irá curvar-se à ameaça de qualquer dita superpotência" (ABENGURIN, 2003: 66, tradução livre).

[20] Aprovada pelo congresso norte-americano, a emenda furou o bloqueio comercial imposto à Rodésia ao fazer uma exceção para a importação de cromo.

> podem ser nossos amigos e não devem esperar negócios lucrativos conosco... Nós estamos prospectando todos os empreiteiros estrangeiros e empresas de negócios com o objetivo de discriminar todos aqueles que têm relações de negócios com a Rodésia e a África do Sul. Tais empresas são, entretanto, livres para descontinuar essas relações ou ao menos a não expandi-las, se acharem que seus interesses serão melhores servidos do nosso lado (ABENGURIN, 2003: 77, tradução livre).

Diante da postura do governo nigeriano em relação à maior potência militar e econômica da época, pode-se facilmente pressupor que o Brasil não estava isento de pressões semelhantes. Em 1973, na conjuntura do Choque do Petróleo, fomentando pela OPEP, o Brasil foi intimado pela Nigéria de que estava prestes a ser colocado na lista de países embargados, em razão de sua ambivalência quanto ao colonialismo português. Se efetuada, a medida provavelmente teria resultados negativos, dado que de todo petróleo consumido no Brasil, quase 80% provinha de mercados estrangeiros (PINHEIRO, 2013; ROSENBAUM, TYLER, 1975). Em realidade, as suscetibilidades da matriz energética brasileira, evidentes a partir de 1973, colocaram as relações entre Brasil e África sob um prisma diferenciado, e, conforme o tema necessitou de tratamento especial no plano doméstico, Ernesto Geisel – ex-presidente da Petrobrás e que tomou a iniciativa de criação do Pró-Álcool e de investimentos em prospecção em águas profundas – tratou, também na política externa, a questão em termos diferenciados.

Não apenas com incentivos negativos, ou seja, pela ameaça de embargo à venda de petróleo (via OPEP), a Nigéria influenciou a posição brasileira em sua política africana, mas também com incentivos positivos, ou seja, com a perspectiva de construção de relações comerciais diversificadas, que não se esgotavam na compra de petróleo. Para além de seu grande mercado consumidor, havia outros elementos que davam ao país um grande potencial econômico, como, por exemplo, a necessidade de reconstrução e de investimentos em infraestrutura após a guerra da Biafra e o projeto de construção de uma nova capital administrativa para substituir a cidade de Lagos (cujas obras tiveram início em 1978). Segundo Letícia Pinheiro, mesmo que em termos absolutos não chegassem a representar um montante majoritário, as trocas entre o Brasil e os países africanos passaram por um período de grande alta durante a década de 1970, quando, de 1974 a 1978, aumentaram 500% em volume (PINHEIRO, 2013). Nesse contexto dinâmico, os

esforços de inserção comercial deveriam ser otimizados. Em março de 1976, Azeredo da Silveira escreveu a Geisel que

> O Itamaraty vem procurando estruturar um esquema que permita assegurar uma presença mais ativa do Brasil na África, aproveitando inclusive o crescente prestígio de nosso país naquele continente, em função de uma explicitação mais clara dos objetivos da política externa brasileira. Dois países avultam como os pontos focais de uma atuação brasileira: Nigéria e Angola. (SILVEIRA, 1976).

Segundo o entendimento de Azeredo da Silveira, a política de incremento comercial para a Nigéria deveria observar uma lista extensa, que incluía as áreas de telecomunicações, de construção civil e de aproveitamento hidroenergético, além da previsão da participação de empresas brasileiras, sob a forma de *joint ventures,* nas áreas de siderurgia, transportes e prospecção petrolífera. Além disso, o comunicado de Azeredo a Geisel sugeria a troca de visitas de representantes ministeriais de ambos os países, para tratar de assuntos na área da agricultura, dos transportes e da indústria. Assim, em 1977, veio ao Brasil o Ministro de Relações Exteriores da Nigéria, Joseph Garba. Além da visita a Brasília, Garba foi convidado a visitar a cidade de São Paulo, onde encontrou um grupo de empresários brasileiros e, também, visitou a sede da EMBRAER e o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (USP).

A visita de Garba ao Brasil culminou com uma Declaração Conjunta, na qual foram sintetizados os temas discutidos, assim como os princípios de comum acordo entre ambos os países. Constaram no documento, entre outros temas, a defesa da não-intervenção, a existência de imperfeições na estrutura da ONU, que contribuíam para torná-la menos representativa, a denúncia ao *apartheid* e a necessidade de respeitar as decisões tomadas no âmbito da ONU e da OUA (BRASIL, 1977). Além desses, um assunto mais específico emergiu do comunicado: a defesa do acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos, somada à 'decepção' com os acordos de desarmamento até então feitos pelos países dotados de armamento nuclear. O contexto de assinatura da declaração coincidiu com as rusgas criadas entre Brasil e Estados Unidos em razão da assinatura, entre Brasil e Alemanha Ocidental, de um Acordo Nuclear que previa a transferência de tecnologia – assunto que, inclusive, chegou a ser usado por Jimmy Carter nos debates eleitorais como evidência da

inação e da condescendência de Gerald Ford para com a não-proliferação nuclear, sobretudo em relação a países do Terceiro Mundo (DEBATE, 1976)[21].

O fato de a Declaração Conjunta Brasil-Nigéria ter tratado da questão nuclear sugere que o Brasil aproveitou o momento de inflexibilidade da Nigéria para com os Estados Unidos para marcar e fortalecer a sua própria posição quanto ao tema. Sugere, ademais, que as relações com a Nigéria não se restringiam a relações técnicas ou estritamente econômicas. Embora a eleição de Jimmy Carter tenha sido benéfica para as relações oficiais EUA-Nigéria, o oposto se sucedeu ao Brasil, posto que este passou a ser duramente criticado pelo governo estadunidense não apenas em razão de sua política nuclear, como também, pela primeira vez desde que iniciado os governos militares, em razão do desrespeito aos direitos humanos e políticos de sua população. Em 1978, Azeredo da Silveira enviou um telegrama ao seu homólogo nigeriano no qual sugeria, 'no espírito da Declaração Conjunta de 1977', o estabelecimento de um diálogo mais próximo e, informando que o Brasil receberia a visita oficial do presidente norte-americano dentro de poucos dias, instava o ministro Joseph Garba a dialogar sobre as impressões advindas dessas conversações (SILVEIRA, 1978). Em suma, a posição de firmeza da Nigéria, assumida ante os Estados Unidos, dava-lhe uma posição de liderança no continente africano, razão que, somada às de natureza econômica, lhe deram relevo no contexto de "virada pragmática" da política externa brasileira para a África.

Considerações Finais

A década de 1970 foi um período prolífico para as relações Brasil-África como, igualmente, para a formação das relações Sul-Sul, as quais, gradativamente, suplantaram a configuração Leste-Oeste da política internacional inaugurada pela

[21] É preciso lembrar que a questão nuclear era premente na década de 1970. Além da tentativa de harmonização direta entre Estados Unidos e União Soviética, por intermédio das Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (mais conhecidas pela sigla SALT, em inglês), datam de 1974 os primeiros testes atômicos realizados pela Índia. E quanto ao Brasil, consternava o governo americano o fato de o governo brasileiro não ter assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TPN), de 1968, por considerá-lo injusto e restritivo para com os países não-nucleares que desejavam desenvolver a tecnologia nuclear com finalidades exclusivamente pacíficas.

Guerra Fria. Em ambos os casos, o aparecimento da capacidade de articulação, de barganha, de dissuasão e de persuasão – enfim, de agência política – dos Estados africanos recém-independentes foi crucial. Como evidência, bastaria evocar o papel dos governos africanos na histórica votação que colocou a República Popular da China no lugar de Taiwan perante a ONU, em 1972. Ou a coalizão afro-árabe que resultou no Choque do Petróleo de 1973. Ou, ainda, o significado da assertiva de Henry Kissinger, então Secretário de Estado norte-americano, quando afirmou que "a *deténte* não sobreviveria à outra Angola" (Henry Kissinger *apud* REYNOLDS, 2001), referindo-se ao mal sucedido manejo pelo seu governo da declaração de independência do MPLA, em 1975.

Embora haja, ainda, grande ênfase nos estudos de história política nos métodos e pressupostos concebidos por teorias que apenas identificam protagonismo na ação de potências[22], o presente artigo buscou evidenciar a capacidade de articulação política de Estados africanos em um dos mais significativos redirecionamentos da política externa brasileira do regime militar. O célere reconhecimento das independências das ex-colônias portuguesas envolve uma miríade de questões, dentre elas o antagonismo de visões de mundo em que, em um extremo, estavam as raízes tradicionais da Doutrina de Segurança Nacional, caracterizadas por uma África colonizada e cognoscível tão-somente por meio da divisão dicotômica da Guerra Fria – como o episódio de exoneração do General Sílvio Frota deixou claro.

Embora a política externa do "pragmatismo" tenha sido uma tentativa de blindar o governo das divergências ideológicas domésticas por meio do emprego de um léxico economicista, próprio da fase de declínio do "Milagre Econômico", claro

[22] Não fosse a dificuldade de acesso a fontes primárias para a análise das políticas externas dos países pós-coloniais ou coloniais, a investigação histórica relativa às independências africanas padece, ainda, das permanências teóricas e epistêmicas próprias do período da Guerra Fria. No campo disciplinar das relações internacionais, essas permanências se exemplificam, por exemplo, na influência da teoria realista – como na clássica obra "Teoria das Relações Internacionais" de Kenneth Waltz –, para a qual as potências, e os seus respectivos interesses nacionais, tem um papel sobredeterminante para a análise de praticamente qualquer fenômeno dado. Segundo tais pressupostos, são logicamente escassas as ferramentas metodológicas disponíveis para a análise das relações inter-periféricas – tampouco há motivos para fazê-lo. Não é sem razão que o teórico inglês Fred Halliday (2007:15) chegou a afirmar que "[...] muitos dos temas centrais do realismo aparecem como descendentes (domesticados) do darwinismo social militarista e racista do final do século XIX e início do XX."

está que as relações com os países africanos não se explicam exclusivamente por bases econômicas. A aproximação com a Nigéria, um grande mercado consumidor com credenciais de membro da OPEP, só foi possível quando o Brasil abandonou sua habitual condescendência com o colonialismo lusitano: se a Nigéria da década de 1970 fora capaz de fazer frente aos interesses norte-americanos em nome da auto-determinação de seus vizinhos, sobretudo de Angola, por que não o faria em relação ao Brasil?

Também foi político, muito mais que econômico, o papel do Senegal junto ao Brasil do "Pragmatismo Responsável". Ao Senegal de Senghor, como demonstrado neste artigo, interessava a urgente normalização das fronteiras com a Guiné-Bissau. Urgia, portanto, o fim da guerra colonial no país vizinho, das invasões portuguesas em seu território, das ondas de refugiados em busca de abrigo. As credenciais do Senegal eram diferentes das nigerianas: Léopold Sédar Senghor tinha interlocução junto ao Movimento dos Não Alinhados, aos países em que o movimento da *négritude* ganhava adeptos, junto aos representantes de movimentos de independência que vieram cá ao Brasil (a eles, a embaixada senegalesa chegou a dar abrigo não só das operações de opressão do DOPS, agindo em conjunto com a PIDE). Senghor, afinal, tinha interlocução junto ao governo português que emergiu após Abril de 1974 – especialmente com o General António de Spínola.

Portanto, se as relações com a Nigéria ajudam a elucidar o reconhecimento do MPLA de Angola, o papel do Senegal explica a célere recepção brasileira da Guiné-Bissau à sociedade de nações independentes. Resta, ainda, muito para ser analisado (e muitas formas de fazê-lo) sobre o tema da recepção política das independências africanas pela sociedade internacional pré-estabelecida. Para tanto, será preciso superar a visão ainda largamente etnocêntrica das teorias políticas e de relações internacionais. Os resultados destas novas análises presumivelmente afetarão a forma com que as histórias nacionais correntes – dentre elas, a brasileira – são interpretadas, bem como a forma com que são compreendidos os processos de mudança na sociedade internacional.

Referências Bibliográficas

ABENGURIN, Olayiwola. *Nigerian Foreign Policy Under Military Rule*: 1966-1999. Westport: Praeger, 2003.

ALTORFER-ONG, Alicia. Tanzanian 'Freedom' and Chinese 'Friendship' in 1965: laying the tracks for the TanZam rail link. *LSE Ideas: Cold War Studies Working Paper Series,* 2003. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk> Acesso em: 22 Ago. 2016

BARBOZA, Mário Gibson. *Ação Diplomática Brasileira na África Atlântica. Secreto. 16 de dezembro de 1971.* (Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Relações Bilaterais. Pasta 15: Senegal. Doc I - 3). 1971. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 Dez. 2015.

BARBOZA, Mário Gibson. *Política Externa Brasileira na África. Territórios Ultramarinos Portugueses. Secreto. 23 de fevereiro de 1973.* (Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira.Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Relações Bilaterais. Pasta 15: Senegal. Doc I - 2). 1973. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 Dez. 2015.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. *Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da República Federal da Nigéria. Brasília, 24 de maio de 1977.* (Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Relações Bilaterais. Pasta 13: África. Doc III – 7). 1977. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 Dez. 2015.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discurso por ocasião da diplomação dos alunos que concluíram o curso à carreira de diplomata***.** Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 07 Ago. 2016.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico*. *Brazil and the challenge of African decolonization (1950-1980).* Durnham: Duke University Press, 2010.

DEBATE with President Gerald Ford (Foreign and Defense Issues) (October 6, 1976). 1976.Disponível em: http://millercenter.org/president/carter/speeches/speech-5538>. Acesso em: 07jan. 2016.

DIALLO, Mamadou Alpha. *A construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento sobre a situação econômica. 1975***.** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/ernesto-geisel/discursos/1975/33.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

GEISEL, Ernesto. Política Externa e Pragmatismo. Responsável (entrevista). Entrevistadores: Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. In: D'ARAUJO, M. C., CASTRO, C. (Org.). **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 335-360.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS,2007.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 1994.LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974.

LINS, Álvaro: verbete biográfico. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. *Dicionário CPDOC.* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Alvaro_Lins>. Acesso em: 02 ago. 2015

MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. (Ed). *A África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MELO, Ovídio de Andrade. Depoimento. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (Org.). *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos.* Brasília: FUNAG, 2015. p. 165-260.

MELO, Ovídio de Andrade**.** *Recordações de um removedor de movo no Itamaraty: Relatos de Política Externa de 1948 à atualidade.* Brasília: FUNAG, 2009.

MENDES, Manuel. *O Cerrado de Casaca*. Brasília: Thesaurus, 1995.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, São Paulo, v. 4, p. 75-92, 1981.

MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil (1939-1950).* Brasília: FUNAG, 2012.

PINHEIRO, Letícia. *Foreign policy decision making under the Geisel government: the president, the military and the foreign ministry.* Brasília: FUNAG, 2013.

PLUMMER, Brenda. *In Search of Power: African Americans in the Era of Decolonization (1956–1974).* Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

REYNOLDS, David. *One World Divisible***:** A Global History Since 1945. Cambridge: Cambridge University, 2001.

ROSENBAUM, H. Jon; TYLER, William G. South-South relations: the economic and political content of interactions among developing countries. *International Organization*, Madison, v.29, n. 1, p. 243-274, 1975. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706291> Acesso em: 10 set. 2015.

SALAZAR, António de Oliveira. *Erros e fracassos da era política*: discurso proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1965.

SHRAEDER, Peter J. GAYER, Nefertiti. Senegal's Foreign Policy: Challenges of Democratization and Marginalization. In: *African Affairs*, Vol. 96, No. 385 (Oct., 1997), pp. 485-508. Disponível em: < http://www.jstor.org/stable/723816> Acesso em: 22 abr. 2015.

SILVEIRA, Antônio Azeredo da. Três Correções de Rumo (entrevista). Entrevistadores: Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirst. In: SPEKTOR, Matias (Org.). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 91-127.

SILVEIRA, Antônio Azeredo da. *Convite do Senegal ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil. 11 de julho de 1974.* Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Despachos com o Presidente Geisel. Pasta 1. Doc II - 61. 1974a. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 dez. 2015.

SILVEIRA, Antônio Azeredo da. *Despacho Telegráfico nº 73 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada Brasileira em Lagos. Secreto. 22 de março de 1978.* (Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Relações Bilaterais. Pasta 13: África. Doc III – 20). 1978. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 Dez. 2015.

SILVEIRA, Antônio Azeredo da. *Discurso pronunciado por sua excelência o ministro das relações exteriores, Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, por ocasião do jantar oferecido pelo ministro das relações exteriores do Senegal, em 25 de novembro de 1974.* (Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Relações Bilaterais. Pasta 15: Senegal. Doc I - 1). 1974b. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 dez. 2015.

SILVEIRA, Antônio Azeredo da. *Informação para o Senhor Presidente da República. Missão Comercial à África. 17 de março de 1976***.** (Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Despachos com o Presidente Geisel. Pasta 1. Doc XV – 16). 1976b. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em: 22 dez. 2015.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*: 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James. *A África e os países socialistas*. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. (Ed). A África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

Recebido em 28 de agosto de 2016.
Aprovado em 22 de fevereiro de 2017.